



BGG

**BOLETIM DE GOVERNANÇA E GESTÃO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS**

19ª EDIÇÃO
ABRIL DE 2024

COMPOSIÇÃO 2024

Conselheiros

Saulo Mesquita - *Presidente*
Helder Valin - *Vice-Presidente*
Sebastião Tejota - *Corregedor-Geral*
Edson Ferrari - *Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo*
Kennedy Trindade - *Ouvidor*
Carla Santillo - *Presidente da Primeira Câmara*
Celmar Rech - *Presidente da Segunda Câmara*

Conselheiros Substitutos

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho
Flávio Rodrigues
Cláudio André Abreu Costa
Marcos Antônio Borges
Humberto Bosco Lustosa Barreira
Henrique Veras

Ministério Público de Contas junto ao TCE-GO

Carlos Gustavo Silva Rodrigues- Procurador-Geral
Fernando dos Santos Carneiro
Eduardo Luz Gonçalves
Maísa de Castro Sousa
Silvestre Gomes dos Santos



DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Chefe de Gabinete da Presidência

Nádia Rezende Faria

Secretaria de Controle Externo

Sérvio Túlio Teixeira e Silva

Secretaria Administrativa

Cássio Resende de Assis Brito

Secretaria-Geral

Ana Paula de Araújo Rocha

Diretoria de Comunicação

Heloísa Rodrigues de Lima

Diretoria de Controle Interno

Lana Menezes de Castro

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Vera Nubia Zandonadi Gomes

Diretoria Jurídica

Bruno Carneiro Leão Oliveira

Diretoria de Tecnologia Da Informação

Licardino Siqueira Pires

Assessoria de Segurança Institucional

Coronel Anderson Efigênio de Almeida

Assessoria Superior ao Ouvidor

Marcus Vinícius do Amaral

Coordenação da Escola Superior de Controle Externo

Jaqueline Gonçalves Nascimento



REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Missão

“Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade”

Visão

“Ser uma instituição essencial e de excelência no exercício do Controle Externo”

Valores

Nossos valores modelam nossas atitudes, potencializando resultados e assegurando a essencialidade da instituição.

- Ética
- Integridade
- Responsabilidade junto à sociedade
- Compromisso Social
- Impessoalidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Inovação
- Independência

Política do Sistema de Gestão Integrado

O TCE-GO, na busca do aperfeiçoamento do controle externo e com objetivo de contribuir para a gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade, compromete-se com:

- I.** atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos pela organização;
- II.** atuação com base em prevenção de riscos e maximização de oportunidades;
- III.** melhoria contínua desencadeada pelo planejamento estratégico e execução das iniciativas de melhoria;
- IV.** controle de processos de trabalho, produtos e serviços;
- V.** desenvolvimento de serviços e colaboradores, garantindo a devida conscientização ambiental e em segurança da informação;
- VI.** a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o controle de resíduos, com foco no aumento do desempenho ambiental, representado pela utilização de recursos sustentáveis;
- VII.** disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que trafegam na instituição;
- VIII.** prestação de contas com foco nas necessidades e expectativas das partes interessadas.

APRESENTAÇÃO

Esta é a décima nona edição do [Boletim de Governança e Gestão \(BGG\)](#), instrumento de prestação de contas trimestral produzido pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DI-PLAN). Seu objetivo é a apresentação de conteúdo gerencial sobre o TCE-GO, de modo a gerar maior disseminação de informações e ampliar a participação de membros, servidores, gestores e sociedade na vida organizacional desta Corte de Contas.

SEÇÃO 1

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024





As ações de controle externo eletivas do TCE-GO são direcionadas pelo seu Plano de Fiscalização, que tem periodicidade bienal. O [Plano de Fiscalização 2023-2024](#), aprovado pela Resolução nº 2/2023, possui 35 Linhas de Ação de Controle Externo (LACEs), relacionadas com dez marcadores temáticos. Abaixo, as fiscalizações decorrentes do Plano para fins de prestação de contas, relacionadas por relatoria, temas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):

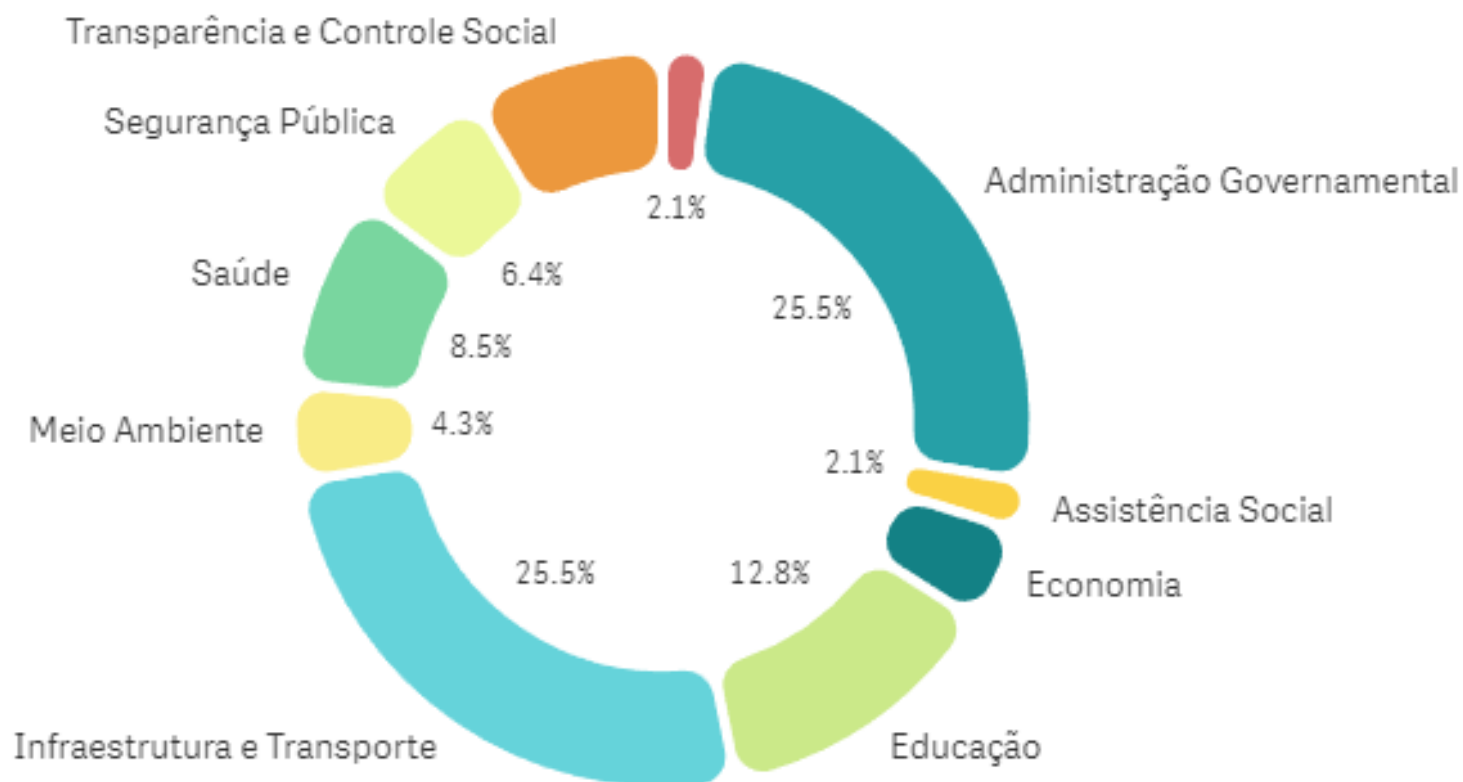
Fiscalizações por relatoria

Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por Conselheiro Relator e situação.

Kennedy Trindade					Sebastião Tejeta				Carla Santillo			Celmar Rech		
Acompanhamento para fiscalizar a execução do Plano de Recuperação Fiscal...	Inspeção com o objetivo de verificar a legalidade, legit...	Inspeção nas verbas de honorários advocatícios decorre...	Inspeção no Contrato nº 03/2022-GOIN-FRA, que se refer...	Inspeção no Programa Aprendiz do Futuro.. Situação: Em and...	Acompanham-ento para compreender e avaliar a elaboração d...	Inspeção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade d...	Inspeção com o objetivo de verificar possíveis irregularidade...	Monitoramento com o objetivo de avaliar o grau de implementaç...	Auditoria de Conformidade com o o-bjetivo de avaliar a co...	Auditoria Financeira a fim de assegurar se a informação fin...	Levanta-mento com o o-bjetivo de identificar o nível de maturi...	Auditoria Operacional a fim de verificar se o estado de Goiás,...	Auditoria Operacional com o o-bjetivo de verificar os aspect...	Auditoria Operacional para avaliar a eficiência da Ação 2146...
Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos servi...					Acompanham-ento para fiscalizar a construção da unidade de atendimen...	Inspeção com o objetivo de verificar a quantidade e qualidade do...	Inspeção para fiscalizar os contratos gerados pelo Pregão Eletrô...	Monitoramento para verificar o cumprimento dos itens decisórios co...						
Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularid...	Inspeção no TARE n.º 001-1024/2022-GS-E, referente a construção do anel...	Levanta-mento com o objetivo de conhecer o universo de obra...	Levanta-mento para fiscalizar a estrutura e atuação do Control...		Edson Ferrari				Levantament-o para avaliar os Portais de Transparência do Poder Ex...	Monitorame-nto para verificar o cumprimento do item deci...		Levantament-o com o objetivo de identificar possíveis ob...	Levantament-o para verificar as condições de oferta educacionai...	
Inspeção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos ser...	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para ac...				Acompanham-ento da concessão d-o Parque Estadual da Serra de Cald...	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos conv...	Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar os instru...	Monit-oramento para verificar o atendimento das re...	Helder Valin					
Inspeção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos ser...	Levantamento com o objetivo de conhecer o processo de decisão e destinaçã...		Monitoramento cujo objetivo é avaliar o grau de implementação dos...		Auditoria de Conformidade para avaliar a composição dos...	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irreg...	Levantamento com o objetivo de medir a maturidade de g...		Acompanha-mento para fiscalizar a execução das d...	Inspeção para avaliar o estado atual de trafegabil...		Levantamento com o objetivo de avaliar a estr...	Levantamento da transparência ativa junto a...	

Fiscalizações por marcadores temáticos

Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por marcador temático.





Fiscalizações por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

As fiscalizações realizadas pelo TCE-GO se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODG) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

16: Paz, justiça e instituições eficazes					9: Indústria, inovação e infraestrutura					4: Educação de qualidade				3: Boa saúde e bem-estar		6: Ág...	8: Em...	
Acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás - RRF	Auditoria de Conformidade para avaliar a composição dos Conselhos de Administração. Diretor...	Inspecção nas verbas de honorários advocatícios decorrentes da representação jurídica do Detran.	Levantamento com o objetivo de medir a maturidade e de governança e gestão nas organizações...	Levantamento da transparência ativa junto aos órgãos e entidades da administração pública...	Levantamento para avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Estadual, demais Poderes...	Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos Termos de Acordo de Regime Especial - T...	Inspecção com o objetivo de verificar a quantidade e qualidade dos serviços executados de revesti...	Inspecção no Contrato nº 03/2022-GOINFRA, que se refere a conclusão, adequação e ampliação d o Hospital...	Inspecção no TAREF nº 001 1024/2022-GSE, referente a construção do amóvório do Contorno Oeste, L...	Inspecção para avaliar o estado atual de trafegabilidade em trechos rodoviários pavimentados...	Auditoria Operacional com o objetivo de verificar os aspectos voltados à oferta da Educação de Jovens...	Inspecção no Programa Aprendiz do Futuro	Levantamento para verificar as condições de oferta educacional na rede estadual...	Monitoramento cujo objetivo é avaliar o grau de implementação dos itens decisórios cons...	Acompanhamento da construção da unidade de atendimento infanto-juvenil do...	Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar os instrumentos de controle e, avali...	Auditoria Operacional para avaliar a eficiência da Ação 2.148 do PPA 2019-2...	Acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Fiscal do Est...
Acompanhamento para compreender e avaliar a elaboração do PPA 2024-2027	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na folha de pagamento de órgã...	Levantamento com o objetivo de avaliar a estrutura de controle interno implantada nos Poderes e órgãos autô...	Levantamento de governança e gestão nas organizações...	Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno nas licitações, contratos de obras...	Monitoramento para verificar o cumprimento dos itens decisórios constantes do Acórdã...	Inspecção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços executados de manutenção, concerne...	Inspecção para fiscalizar os contratos gerados pelo Pregão Eletrônico nº 03/2020 - 05 lotes -...	Levantamento com o objetivo de conhecer o universo de obras paralisadas ou inacabadas existent...	Monitoramento para verificar o cumprimento do item decisório "II" do Acórdão nº 1433/2...	Inspecção com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na execução de obra de...	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, contro...	Levantamento com o objetivo de identificar possíveis objetos de fiscalização a partir do universo de obra...	17: Parcerias e meios de implementação				10: Redução das desigualdades	13: Ação contra a mudança...
Acompanhamento para fiscalizar a execução das despesas com pessoal	Auditoria Financeira a fim de assegurar se a informação financeira do órgão jurisdicionado é apresentada em conformit...	Levantamento com o objetivo de conhecer o processo de decisão e destinação dos recursos do FUNDEFINRA	Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno nas licitações, contratos de obras...	Monitoramento para verificar o cumprimento dos itens decisórios constantes do Acórdã...	Inspecção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços executados de manutenção, concerne...	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, contro...	Levantamento com o objetivo de identificar possíveis objetos de fiscalização a partir do universo de obra...	Acompanhamento da concessão do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas - PESCaN, J...				Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar os instrumentos de controle, avaliação e monitorament...	Inspecção com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicid...	Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulato...	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras	Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulato...	11: Cidades e comunidades sustentáveis	15: Vida terrestre
Auditoria de Conformidade com o objetivo de avaliar a conformidade da execução do Convênio...	Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar os instrumentos de controle, avaliação e monitoramento dos co...	Levantamento com o objetivo de identificar o nível de maturidade e efetividade da gestão do Estado de Goiás - IEGE...	Monitoramento com o objetivo de avaliar o grau de implementação dos itens decisórios constantes do Acórdã...	Monitoramento para verificar o cumprimento dos itens decisórios constantes do Acórdã...	Inspecção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços executados de manutenção, concerne...	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, contro...	Levantamento com o objetivo de identificar possíveis objetos de fiscalização a partir do universo de obra...	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras				Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulato...	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras	Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulato...	11: Cidades e comunidades sustentáveis	15: Vida terrestre		

The image features a blue-tinted aerial photograph of a city, likely São Paulo, with a prominent white circle in the foreground. The circle contains the text 'SEÇÃO 2' in a bold, dark grey font. Below it, the main title 'CONTROLE EXTERNO E VALOR PARA O CIDADÃO' is written in a bold, blue font. The background shows a dense urban landscape with various buildings and a tall tower in the distance.

SEÇÃO 2

CONTROLE EXTERNO E VALOR PARA O CIDADÃO

TCE-GO define distribuição de processos de atos de pessoal

A [Ordem de Serviço nº 01/2024](#), definiu a distribuição de atividades de fiscalização relativas aos atos de pessoal sujeitos a registro no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O documento regulamenta a organização temática e operacional dos serviços de Fiscalização de Atos de Pessoal I e II daquela secretaria.

Ceasa-GO tem obra superfaturada

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [condenou servidor das Centrais de Abastecimento de Goiás \(Ceasa-GO\) e a empresa Construtora Rezende](#) ao pagamento do valor de R\$ 550.500,75 por superfaturamento nas obras do pavimento de acesso principal e do pátio de cargas da Ceasa-GO. Pelo Acórdão nº 258/2024, relatado pela Conselheira Carla Santillo, os responsáveis ainda serão multados no montante de 5% sobre o valor atualizado do dano apurado.

Auditoria avalia gestão de termos de acordo de regime especial

Auditoria operacional realizada junto à Secretaria de Estado da Economia, pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou à pasta que apresente, [no prazo de 60 dias, plano de ação para atender recomendações](#) que visam melhorar a gestão e verificação da regularidade de Termos de Acordo de Regime Especial (Tares). A matéria foi relatada pelo Conselheiro Kennedy Trindade e julgada pelo Pleno.

Tribunal de Contas expede determinações e recomendações à Goinfra

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [expediu determinações e recomendações à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes \(Goinfra\)](#) visando a melhoria de seus procedimentos licitatórios, a fim de prevenir superfaturamento e outras irregularidades na contratação de serviços de manutenção da malha rodoviária. A decisão foi adotada em processo relatado pelo Conselheiro Sebastião Tejota e julgado em sessão plenária.

Sistema de gestão de processos de tomada de contas especial já está funcionando

O [sistema informatizado para a gestão dos processos de tomadas de contas especial](#) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) passou a ser obrigatório desde o dia 5 de fevereiro do corrente ano. O sistema deve ser utilizado por todos os órgãos e entidades públicos sujeitos à fiscalização do TCE-GO para o cadastro do ato de instauração, da tramitação da fase interna e do envio do processo de tomada de contas especial ao TCE-GO, nos termos da Resolução Normativa nº 8/2022.

Técnicos do TCE-GO e TCU conhecem boas práticas de unidades de saúde

[Técnicos do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde \(Ibross\)](#), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) visitaram unidades de saúde em Goiânia e Aparecida de Goiânia. A ação é parte do projeto de eficiência hospitalar encabeçado pelo TCU, do qual o TCE-GO é um dos integrantes, e tem o objetivo de conhecer a estrutura, funcionamento e boas práticas das instituições de saúde nas capitais e principais cidades brasileiras.

Gaepe-GO avalia recomendação de critérios para fila de espera para creches

A [elaboração da Nota Técnica nº 1/24 com recomendações](#) aos gestores municipais do Estado de Goiás para organização de fila de espera criteriosa, transparente e equânime para acesso à creche e à pré-escola foi um dos temas debatidos durante a primeira reunião de 2024 do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO). Mais da metade dos municípios goianos (52%) possuem crianças em fila de espera por uma vaga em creche e 9% aguardam pela matrícula na pré-escola. O levantamento foi feito pelo Gaepe-GO. Ao todo, são 43.829 bebês de 0 a 3 anos e 7.708 crianças de 4 e 5 anos fora da escola.

Após denúncia, TCE-GO determina à Seduc que nomeie concursados

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) que adote providências para a nomeação de todos os candidatos aprovados em concurso dentro do número de vagas até o prazo de validade do certame. O processo decorre de denúncia anônima, relatando que, dos aprovados na disputa, apenas seis foram nomeados na Coordenação Regional de Ensino de Jataí. Além de determinar as nomeações, a decisão anota à Seduc que providencie a rescisão de um contrato temporário para cada servidor efetivo que entre em exercício e justifique, de imediato, ao TCE-GO quando não for possível adotar as providências.

TCE-GO determina à Codego medidas para aprimorar controle de bens

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) expediu determinações e recomendações à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado (Codego), no sentido de aprimorar seus controles e gestão de bens. As medidas decorrem do julgamento da prestação de contas anuais daquela estatal, referentes ao exercício de 2019, processo relatado pelo Conselheiro Edson Ferrari em sessão plenária.

Normativa altera resolução sobre prestação de contas dos gestores

Os órgãos e entidades da administração pública, exceto as empresas estatais e suas subsidiárias, deverão apresentar ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) as prestações de contas de forma consolidada. A medida foi regulamentada por meio da Resolução Normativa nº 3/2024. O documento altera a Resolução Normativa nº 5/2018, que dispõe sobre os critérios para organização e apresentação da prestação de contas dos gestores da administração pública estadual. A normativa também estabelece que, excepcionalmente, a critério do Tribunal, será divulgada, até 30 de novembro do exercício financeiro de referência, a lista dos órgãos e entidades que deverão prestar contas de forma individualizada.

TCE-GO regulamenta avaliação de políticas públicas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) instituiu diretrizes e procedimentos para sua atuação na avaliação de políticas públicas por meio da [Resolução Normativa nº 2/2024](#). A política pública reúne as ações, intervenções, diretrizes ordenadas ou programas governamentais, que visam tratar problemas públicos e que utilizam recursos, bens e valores públicos. A avaliação do Tribunal poderá ser proposta por iniciativa dos conselheiros, de sua Secretaria de Controle Externo ou da Assembleia Legislativa e deve atender aos critérios de materialidade dos recursos, a relevância dos assuntos, a natureza e a importância socioeconômica dos programas a serem fiscalizados, bem como a análise preliminar de viabilidade pela Secretaria de Controle Externo.

TCE-GO divulga relatório das despesas com pessoal e publicidade do Estado

O [Relatório do Artigo 30 da Constituição Estadual](#), consolidado trimestralmente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) foi publicado na edição da última terça-feira do mês de fevereiro no Diário Eletrônico de Contas (DEC) órgão oficial do TCE-GO, em seu site. O documento demonstra as despesas com pessoal e publicidade do Estado de Goiás relativas ao quarto trimestre de 2023.

TCE-GO conclui processo sobre falhas em rodovia Niquelândia-Muquém

Após a comprovação de que a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego) atendeu às [determinações para a recuperação de danos à rodovia GO-237, trecho Niquelândia](#) - Distrito de Nossa Senhora da Abadia do Muquém, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou concluída a fiscalização. O trecho inspecionado tem 39,5 quilômetros de extensão e atende, principalmente, usuários que todos os anos se dirigem à tradicional Romaria do Muquém.

Acórdão do TCE-GO consolida dados do Programa Nacional de Transparência Pública

Foi aprovado por unanimidade, levantamento relatado pela Conselheira Carla Santillo com o objetivo de identificar o [grau de maturidade da transparência dos Poderes](#) Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria do Estado de Goiás, Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. O levantamento buscou ampliar a transparência da administração pública e contribuir para a prevenção da corrupção e para o fortalecimento da participação democrática.

Definido relator das Contas do Governador 2024

O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [sobre as contas do Governador Ronaldo Caiado, relativas ao exercício de 2024](#), terá como relator o Conselheiro Edson Ferrari. As contas anuais prestadas incluem as gestões dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, Defensoria Pública, TCE-GO e TCM-GO.

Pleno referenda cautelar que suspendeu concorrência da Goinfra

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [referendou medida cautelar que suspendeu a Concorrência nº 68 da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes \(Goinfra\)](#). O certame prevê a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia para implantação de rodovias. A cautelar foi sugerida pelo Serviço de Fiscalização de Licitações e Projetos de Engenharia do TCE-GO, sustentando que os critérios de pontuação técnica adotados pelo edital não têm correlação efetiva com a qualidade esperada para os objetos a serem entregues.

Tribunal determina correção do perfil de alunos matriculados na EJA

O Tribunal constatou que, no primeiro semestre de 2023, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) optou pelo fechamento de turmas do ensino médio regular noturno, [remanejando estudantes para turmas de Educação de Jovens e Adultos \(EJA\)](#), em desacordo com o perfil dos alunos da modalidade educacional que existe para correção de fluxo. Os trabalhos de fiscalização indicam que parcela considerável dos alunos matriculados no EJA nas unidades educacionais visitadas pela equipe de fiscalização tem menos que 18 anos (42,4%) e não possuía histórico de descontinuidade dos estudos, situação que foi reconhecida pela própria Seduc.

Saúde e TCE-GO firmam TAG para ajustar prazos de tomadas de contas especiais

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) firmaram [Termo de Ajustamento de Gestão \(TAG\)](#) para viabilizar prazos para a conclusão e envio de processos de tomadas de contas ao TCE-GO. A medida foi adotada em razão do volume. Os prazos acordados são de 180 dias úteis para a conclusão de tomadas de contas especiais em andamento em comissão criada pela SES para

esta finalidade; de 330 dias úteis para procedimentos encaminhados ao TCE-GO sem emissão de relatório conclusivo, que voltarão à pasta para finalização; e de 300 dias úteis no caso de a fiscalização da Secretaria culminar na instauração de procedimentos.

TCE-GO expede recomendações à Secretaria da Agricultura

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) expediu [determinações da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\)](#), ao julgar a legalidade de um pregão eletrônico para aquisição de retroescavadeiras. O processo foi relatado pelo Conselheiro Sebastião Tejota e julgado em sessão plenária virtual. O relator pontuou que constam anotações do Serviço de Fiscalização de Licitações do TCE-GO quanto à falta de estudos que demonstrem a necessidade das aquisições e de estudos aptos a embasar a escolha pelo sistema de registro de preços, além de esclarecimentos sobre as especificações técnicas das retroescavadeiras e sobre o cadastro dos licitantes.

SEÇÃO 3
GOVERNANÇA E GESTÃO
NO TCE-GO



Reunião de Avaliação Estratégica mostra avanços das unidades do TCE-GO

Secretários e diretores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) participaram da [6ª Reunião de Avaliação da Estratégia \(RAE\)](#). Durante o encontro, realizado na Sala Selva Cavalcanti, os responsáveis fizeram uma breve prestação de contas das atividades realizadas no último trimestre, destacando as iniciativas constantes em seus planos diretores. O encontro contou com a participação do presidente, Conselheiro Saulo Mesquita.

Secretaria de Controle Externo do TCE-GO mostra resultados de 2023

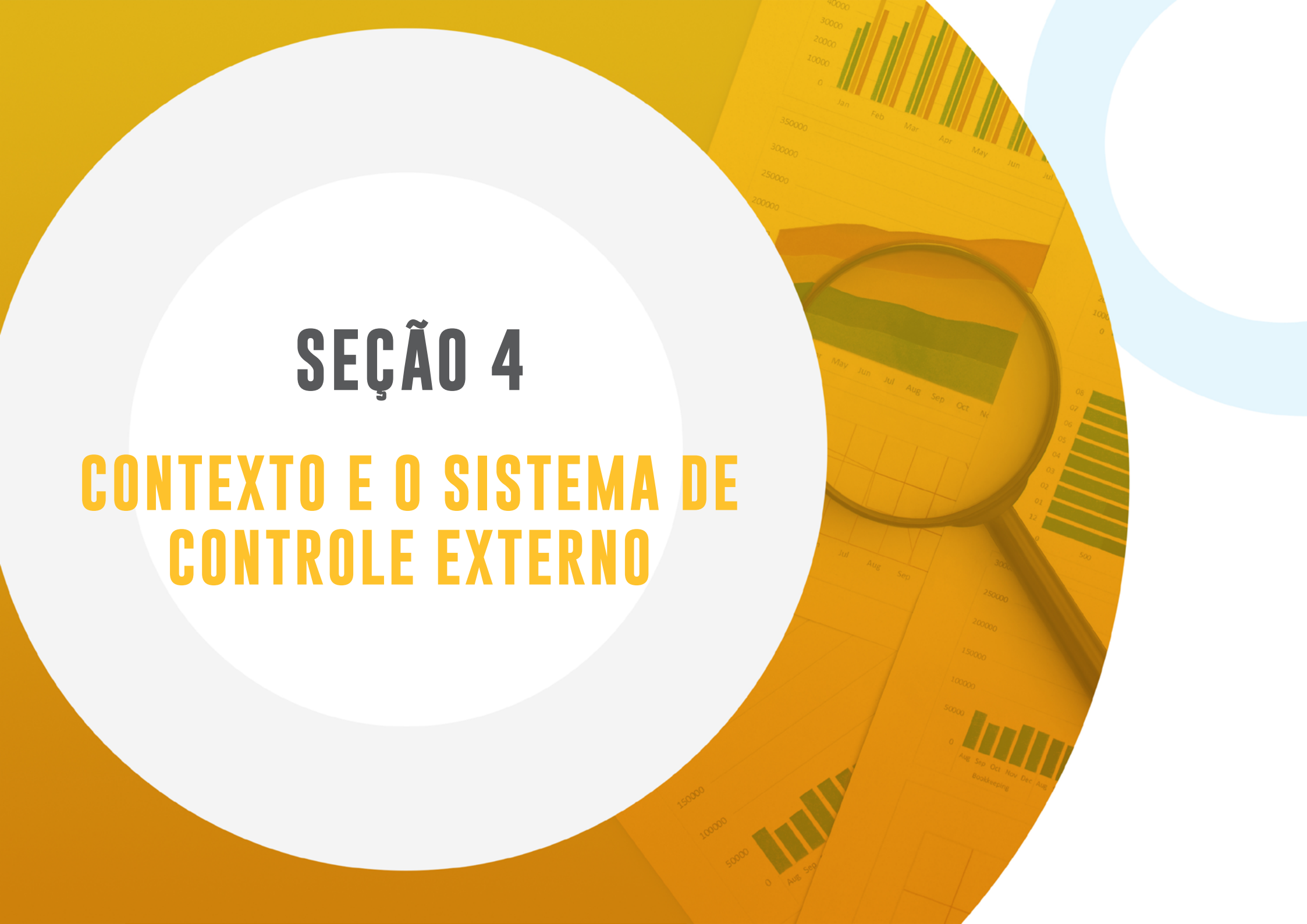
O [trabalho realizado pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás \(TCE-GO\)](#) durante o ano de 2023 foi apresentado pelo secretário Sérgio Túlio Teixeira e Silva, durante a 6ª Reunião de Avaliação Estratégica (RAE), realizada em março de 2024 na Sala Selva Cavalcanti, na sede do TCE-GO. Também foram demonstradas as iniciativas previstas no Plano Diretor da unidade.

Gestores de TI de tribunais de contas reúnem-se com Comitê Técnico do IRB

O [Comitê de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas](#) do Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), realizou uma reunião técnica com os gestores da área de Tecnologia da Informação das cortes de contas brasileiras. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) foi representado no encontro pelo seu diretor de Tecnologia da Informação, Licardino Siqueira Pires.

SEÇÃO 4

CONTEXTO E O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO



Ibraop divulga novo procedimento de auditoria

O [Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas \(Ibraop\)](#) publicou seu novo procedimento de auditoria, que pode subsidiar a atuação dos auditores de controle externo dos tribunais de contas e demais profissionais da área. O trabalho traz diretrizes para a avaliação dos espaços e oportunidades de participação e controle social na infraestrutura. A intenção é garantir a defesa do interesse público, a integridade dos processos e a inclusão e o atendimento das demandas dos grupos impactados pela infraestrutura.

Conheça o Sistema Tribunais de Contas: Instituto Rui Barbosa

Além dos 33 tribunais de contas que compõem o chamado [Sistema Tribunais de Contas no Brasil](#), há também as entidades representativas, cada qual com sua especificidade, que contribuem com o aprimoramento do controle externo no país. Entre elas, estão a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon). O IRB é a mais antiga dessas entidades, conhecido como o “braço

acadêmico” do Sistema Tribunais de Contas. Criado em 1973, essa associação civil tem o objetivo de auxiliar os tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas atividades.

Atricon divulga livro sobre fiscalização e desafios da educação antirracista

A Atricon divulgou o livro [“Educação Antirracista: Fiscalização e Desafios”](#) a fim de auxiliar as cortes em ações relacionadas ao tema. O livro aborda a fiscalização e os desafios da implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

TCE-GO adere ao Projeto Comunica em tarde de lançamentos da Atricon

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [aderiu, em Brasília, ao Projeto Comunica](#), iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) que busca estimular a divulgação de informações públicas produzidas ou custodiadas pelas cortes de contas que sejam de interesse da população. O objetivo do Projeto Comunica é fomentar a transparência, a prestação de contas, o acesso aos serviços públicos, o diálogo e a participação social.

Tribunais de contas são orientados a estimular recuperação da dívida ativa

As entidades representativas dos órgãos de controle externo lançaram a [Nota Recomendatória Conjunta nº 01/2024](#), contendo diretrizes para otimizar a recuperação dos valores relacionados à dívida ativa dos estados e municípios. A nota destaca que os processos de execução fiscal são apontados como a principal causa da morosidade do Poder Judiciário, correspondendo a, aproximadamente, 34% do total de ações em curso e 64% do total de execuções que tramitam no âmbito judicial.

Rede Integrar realiza primeira reunião ordinária do Comitê Técnico em 2024

O [Comitê Técnico da Rede Integrar](#), formado por representantes dos 33 tribunais de contas brasileiros, realizou a primeira reunião ordinária de 2024. Após a apresentação do Plano Anual de Trabalho, foram debatidos os principais desafios para o ano. A Rede Integrar tem o propósito de fortalecer a atuação do controle externo nas políticas públicas descentralizadas, por meio da cooperação entre tribunais de contas e do fortalecimento da articulação institucional.

Primeira Infância

[Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância realizou reunião com pauta propositiva.](#) Um dos assuntos tratados foi a apresentação das iniciativas do MP-GO para 2024 relacionadas à proteção dos direitos da primeira infância. Entre elas, destacou-se o fomento à implementação dos planos municipais pela primeira infância, o que também abrange a criação e o fortalecimento dos serviços de família acolhedora, uma das prioridades do Plano Nacional e do Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016).

[Conselho da República recebe estudos sobre deficiência na educação infantil brasileira.](#) Integrantes do Comitê Gestor do Conselho Brasil e de entidades ligadas à defesa dos direitos da primeira infância, dentre elas o Instituto Rui Barbosa (IRB), participaram da reunião virtual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Conselho da República é coordenado por Priscila Cruz, do Todos pela Educação, que com os subsídios oferecidos hoje pela OCDE e de estudos ofertados por entidades nacionais, deverá apresentar sugestões à Presidência da República, para a formatação de políticas públicas voltadas à primeira infância.

[Rede Nacional de Frentes Parlamentares pela Primeira Infância é lançada em Brasília.](#) A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) participou,

da solenidade de lançamento da Rede Nacional de Frentes Parlamentares pela Primeira Infância, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília. A Rede tem o objetivo de promover o apoio mútuo entre parlamentares federais e estaduais, para que possam convergir em ações e discursos, bem como possibilitar o alinhamento interfederativo em torno da atuação parlamentar dedicada à população de zero a seis anos.

Projeto Marco de Medição de Desempenho dos TCs foi apresentado ao CNJ

O MMD-TC foi apresentado pelo Vice-Presidente de Relações Políticas Institucionais da [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas \(Atricon\)](#), Cezar Miola, acompanhado do presidente da entidade e coordenador técnico do projeto, Edilson de Sousa Silva, e pelo integrante da Comissão Executiva do Marco de Medição, Luiz Genédio (TC-DF). Promovido pela Atricon, o Marco de Medição de Desempenho é o principal instrumento de avaliação dos tribunais de contas. A iniciativa tem como finalidade identificar pontos fortes e oportunidades de melhorias nas rotinas administrativas, de fiscalização e julgadoras dos órgãos de controle, além de dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas.

Atricon e Ministério do Desenvolvimento assinam Acordo de Cooperação

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) assinaram em 20/02/2024, um [Acordo de Cooperação Técnica \(ACT\)](#) para intercâmbio de dados, de informações e de conhecimentos relacionados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O objetivo dessa parceria, mediante a adesão possibilitada a todos os tribunais de contas brasileiros, é verificar a consistência dos dados da plataforma que facilita o acesso de famílias de baixa renda a programas sociais, como o Bolsa Família.

Servidora do TCE-GO é selecionada para Conselho de Auditores da ONU

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), no dia 27/02/2024, os nomes dos oito auditores de controle externo selecionados para compor a equipe que irá exercer atividades no Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU). A servidora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [Carolina Oliveira da Silva](#) está entre os selecionados. O Conselho de Auditores da ONU, criado em 1946, desempenha um

papel crucial na auditoria das contas dos órgãos, fundos e programas da ONU, prestando contas diretamente à Assembleia-Geral. A capacitação dos escolhidos deve ocorrer entre os meses de março e abril.

Atricon alerta quanto ao cumprimento do disposto na EC 119/2022

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) encaminhou ofício às cortes de contas brasileiras para [verificação quanto ao cumprimento do disposto na Emenda Constitucional 119/2022](#). O texto afastou a responsabilização de gestores pelo não atendimento ao mínimo constitucional nos exercícios de 2020 e 2021, em razão da pandemia da Covid-19, mas estabeleceu que estados e municípios deveriam aplicar, em 2023, os valores não executados. Considerada relevante para a garantia do direito fundamental à educação, a Atricon editou, a Nota Recomendatória nº 02/2023, na qual orientou os órgãos de controle a alertar os gestores públicos sobre a necessidade de aplicar, até o final daquele ano, a diferença entre a cifra gasta em 2020 e 2021 o valor determinado pela Constituição para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Atricon inicia novo ciclo de avaliação da transparência ativa de cerca de 11 mil portais públicos em todo o Brasil

A Direção da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), reunida no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) em 11/03/2024, [aprovou os regulamentos e o cronograma que orientarão a realização do novo ciclo de avaliação da transparência ativa](#) dos Poderes e órgãos públicos de todo o país em 2024. A grande novidade para este ciclo é que, em regra, foram preservados os critérios de transparência adotados no ciclo 2023, para que sirvam de linha de base para medir a evolução dos resultados ao longo dos períodos.

Estadão publica artigo sobre o papel dos TCs para uma gestão pública transparente

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Edilson de Sousa Silva, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), teve um artigo [publicado no jornal O Estado de S. Paulo](#). A publicação aborda a importância dos tribunais de contas na garantia de uma gestão pública transparente.

CONFIRA O RELATO DOS RESPONSÁVEIS POR INICIATIVAS DE MELHORIA NO 1º Trimestre de 2024
CLICANDO NAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS ABAIXO

[85 Iniciativas abertas](#) | [98 iniciativas fechadas](#) | [07 Iniciativas paralisadas/canceladas](#)

ASSESSORIA MILITAR

01 Iniciativa aberta, 03 fechadas, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

06 Iniciativas abertas, 09 fechadas, 05 paralisadas/
canceladas

DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

02 Iniciativas abertas, 0 fechadas, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA JURÍDICA

01 Iniciativas abertas, 02 fechadas, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

21 Iniciativas abertas, 09 fechadas, 0 paralisada/cancelada

ESCOLA SUPERIOR DE CONTROLE EXTERNO AÉLSON NASCIMENTO

08 Iniciativas abertas, 0 fechada, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12 Iniciativas abertas, 31 fechadas, 0 paralisada/cancelada

OUVIDORIA

02 Iniciativas abertas, 04 fechadas, 0 paralisada/cancelada

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

06 Iniciativas abertas, 24 fechadas, 02 paralisada/cancelada

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

14 Iniciativas Abertas, 08 fechadas, 0 paralisada/cancelada

SECRETARIA GERAL

12 Iniciativas Abertas, 08 fechadas, 0 paralisada/cancelada

The background is a vibrant purple color. It features several overlapping gears of various sizes and a glowing lightbulb, all rendered in a lighter shade of purple. The gears are arranged in a way that suggests a complex mechanical or industrial process. The lightbulb is positioned in the lower right quadrant, with its glow illuminating the surrounding gears.

SEÇÃO 5

PRINCIPAIS NORMATIVOS

Esta seção tem o propósito de destacar os atos normativos com maior relevância publicados pelo TCE GOIÁS, no período de outubro a dezembro de 2023, como meio de facilitar o acompanhamento e compreensão das ações e atividades do Tribunal.

Tipo de normativo	Número /Ano	Ementa	Data de Publicação
PORTARIA	118/2024	Institui a Comissão Disciplinar Permanente dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	04/03/2024
PORTARIA	65/2024	Institui processo seletivo de Analistas de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para compor lista de pré-seleção da ATRICON e seleção final por parte do TCU para indicação de composição do Conselho de Auditores da ONU.	23/01/2024
ORDEM DE SERVIÇO	1/2024	Constitui Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de vistoriar a estrutura física (bens móveis e imóveis) do edifício-sede e anexos, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	19/03/2024
RESOLUÇÃO	1/2024	Adota a Resolução n. 242/2023-TJGO.	27/02/2024
ORDEM DE SERVIÇO	1/2024	Aprova o Plano Anual de Formação e Capacitação da Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento.	21/03/2024
RESOLUÇÃO NORMATIVA	1/2024	Atualiza o valor máximo da multa a que se refere o caput do art. 112, da lei estadual nº 16.168, de 11/12/2007 para o exercício 2024.	06/02/2024
ORDEM DE SERVIÇO	1/2024	Dispõe sobre a organização temática e operacional da distribuição de atividades de fiscalização relativas aos atos de pessoal sujeitos a registro.	05/01/2024
RESOLUÇÃO NORMATIVA	3/2024	Altera a Resolução Normativa nº 5, de 15 de agosto de 2018, que dispõe sobre os critérios para organização e apresentação da Prestação de Contas dos Gestores da Administração Pública Estadual.	27/02/2024
RESOLUÇÃO NORMATIVA	2/2024	Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para avaliação de políticas públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	27/02/2024



FICHA TÉCNICA

Produção

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Revisão e Edição

Heloísa Rodrigues de Lima, Luce Jane Zoccoli,
Alexandre Alfaix de Assis e Bruno Balduino
(*Diretoria de Comunicação*)

Design Gráfico

Anderson de Castro
(*Diretoria de Comunicação*)



